

**EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA XX VARA
CRIMINAL DA CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DE XXXXXX**

Processo n. XXXXXX

FULANO DE TAL, já qualificado nos autos do processo em epígrafe, vem, perante Vossa Excelência, sob o patrocínio da *Defensoria Pública do Distrito Federal*, com fundamento no artigo 396, do Código de Processo Penal, apresentar **RESPOSTA À ACUSAÇÃO** aduzindo que não merece prosperar a pretensão punitiva estatal, nos termos que passa a expor.

1- PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO DE USO RESTRITO. INSTRUMENTO INAPTO A EFETUAR DISPAROS. IMPROPRIEDADE ABSOLUTA DO OBJETO. CRIME IMPOSSÍVEL. ATIPICIDADE DA CONDOTA. ABSOLVIÇÃO SUMÁRIA.

Trata de ação penal proposta pelo MINISTÉRIO PÚBLICO em desfavor de **FULANO DE TAL** pela prática do crime descrito no art. 16, *caput*, do Estatuto do Desarmamento.

Contudo, o Laudo de Exame de Arma de Fogo (fls. X/X) concluiu pela inaptidão do artefato apreendido em realizar disparos, vejamos:

Assim, em face do exposto, **concluem os Peritos que a arma descrita, no estado em que se encontra, não efetua disparos, conforme descrito no item 4;** contudo, considerada como objeto propriamente dito, é

eficiente para a prática de crime, dependendo das circunstâncias em que seja utilizada, devido às características morfológicas e dimensionais que apresenta. (grifo nosso)

Sob a luz do princípio da ofensividade, a conduta de transportar um objeto absolutamente inidôneo para produção do resultado lesivo é atípico, equiparando-se ao mero transporte de um pedaço de ferro.

Portanto, a impossibilidade de efetuar disparos implica em crime impossível pela impropriedade absoluta do objeto, ante a ausência de afetação ao bem jurídico (incolumidade pública).

Nesse sentido encontramos o seguinte precedente:

RECURSO ESPECIAL. PENAL E PROCESSO PENAL. POSSE ILEGAL DE ARMA DE FOGO E MUNIÇÕES DE USO PROIBIDO. ART. 16, CAPUT, DA LEI Nº 10.826/2003. INEFICÁCIA DA ARMA DE FOGO ATESTADA POR LAUDO PERICIAL.

MUNIÇÕES DEFLAGRADAS E PERCUTIDAS. AUSÊNCIA DE POTENCIALIDADE LESIVA. ATIPICIDADE DA CONDUTA. ABSOLVIÇÃO MANTIDA.

1. A Terceira Seção desta Corte pacificou entendimento no sentido de que o tipo penal de posse ou porte ilegal de arma de fogo cuida-se de delito de mera conduta ou de perigo abstrato, sendo irrelevante a demonstração de seu efetivo caráter ofensivo.

2. Na hipótese, contudo, em que demonstrada por laudo pericial a total ineficácia da arma de fogo (inapta a disparar) e das munições apreendidas (deflagradas e percutidas), deve ser reconhecida a atipicidade da conduta perpetrada, diante da ausência de afetação do bem jurídico incolumidade pública, tratando-se de crime impossível pela ineficácia absoluta do meio.

3. Recurso especial improvido.

(REsp 1451397/MG, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 15/09/2015, DJe 01/10/2015) (grifo nosso)

2- DO PEDIDO.

Ante o exposto, a defesa requer a absolvição sumária de **FULANO DE TAL**, nos termos do art. 397, inciso III, do Código de Processo Penal.

Indeferido o pleito supracitado, a Defesa arrola as mesmas testemunhas apresentadas pelo Ministério Público à fls. XX.

Nesses termos, pede e espera deferimento.

XXXXXX, XX de XXXXXXXX de XXXX.

FULANO DE TAL
OAB/DF XXXX

FULANO DE TAL
Defensor Público